



SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL DOS ENQUADRAMENTOS DA SEXUALIDADE CAMPONESA

Ms. Andreia Belusso  0000-0002-2360-5999
Dr. Edilson Pontarolo  0000-0002-6382-6403
Dra. Josiane Carine Wedig  0000-0003-4569-6956
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO: Este texto busca apresentar algumas reflexões sobre a dimensão da sexualidade camponesa a partir de um olhar crítico sobre o processo colonial, delineando inquietações sobre como a educação sexual no campo e a própria vida camponesa que são duplamente subalternizadas pelas dinâmicas da colonialidade do poder, do saber e do ser. Na análise traça-se um caminho que percorre a dimensão da sexualidade na modernidade até chegar às sexualidades camponesas e os dispositivos que produzem enquadramentos sobre os corpos. A

subalternização à que os saberes do campo, incluindo a educação para sexualidade, foram condicionados pela monocultura do saber euro-ocidental precisa ser problematizada, assim como, o saber que legitima o corpo por meio do binarismo e coloca sujeitos em lugares inabitáveis ou “indizíveis” no plano do gênero e da sexualidade nas escolas do campo. Conclui-se, enfim, sobre a necessidade de desnaturalizar as retóricas que subalternizam os camponeses geo-sexo-politicamente situados.

PALAVRAS-CHAVE: Camponeses; Educação sexual; Colonialidade.

SEXUALITY AND EDUCATION: A DECOLONIAL PERSPECTIVE OF PEASANT SEXUALITY

ABSTRACT: This text aims to present some reflections on the dimension of peasant sexuality from a critical perspective on the colonial process, outlining concerns about how sex education in the countryside and peasant life itself are doubly subordinated by the dynamics of coloniality of power, of knowledge and of being. The analysis considers the dimension of sexuality in modernity, peasant sexualities and the devices that frame the bodies. The subalternization to which the countryside knowledges, including education for sexuality, has been conditioned by the monoculture of Euro-

Western knowledge, needs to be problematized. As well as the knowledge that legitimates the body through binarism and pushes the subjects to uninhabitable or "unspeakable" places in terms of gender and sexuality in the rural schools. Finally, we conclude on the need to denaturalize the rhetoric that subalternizes the geo-sex-politically situated peasants.

KEYWORDS: Peasants; Sex education; Coloniality.



1 INTRODUÇÃO

O exercício teórico, aqui posto, busca primeiramente uma análise da perspectiva pós-colonial e decolonial que se expressa como uma crítica à modernidade, desvelando faces obscuras da colonialidade, bem como mostrando-se uma ciência transdisciplinar e eticamente importante na ampliação e aceitação das diferenças que nos constituem enquanto humanos.

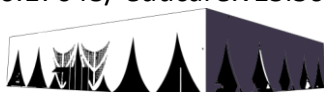
Situando o lócus desse trabalho, enquanto parte de uma pesquisa de dissertação, é importante destacar que poucos territórios foram definidos de maneira tão determinante por uma visão colonialista como o foi a América Latina (primeiro espaço-tempo modernos) e por consequência o Brasil. Sistematizando então um eixo discursivo que objetiva transcender os resquícios do colonialismo propondo novas leituras e imagéticas da sociedade não ocidental, este trabalho está relacionado ao que Mignolo (2010) classifica como “desobediência epistêmica”, no sentido de se colocar criticamente frente às concepções dominantes da modernidade, particularmente sobre a sexualidade, legitimadas pelo controle teórico epistêmico eurocêntrico.

Questionando os limites geopolíticos do projeto moderno e considerando as múltiplas modernidades, a partir de uma visão de desenvolvimento caracterizado por diversidades (LANDER, 2005), se atenta para as zonas rurais do sul do Brasil, questionando a subalternização à que estão submetidas, por não possuírem um conjunto de condições necessárias à consolidação dos padrões de desenvolvimento ditos modernos – ligados às dinâmicas urbano/industriais.

A proposta de discussão sobre os estudos de gênero e sexualidade no meio rural a partir do colonialismo, justifica-se pela relativa invisibilidade que esta categoria enfrenta frente a uma episteme hegemônica, cuja ideia de família camponesa está totalmente ligada a heteronormatividade patriarcal, herança do colonialismo, ofuscando e negligenciando a diversidade de sexualidades do âmbito rural.

2 SER, SABER E PODER: AS TRÊS DIMENSÕES DA COLONIALIDADE

As ciências sociais vêm se ocupando da compreensão da relação homem/natureza de maneira mais contundente nas últimas décadas. Diferentes perspectivas têm explorado

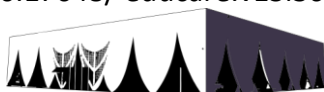


significativamente essa relação no que tange aos postulados da modernidade e do desenvolvimento. E em muitos casos esses textos se fazem críticos à modernidade que está associada a conflitos sociais e ambientais, bem como, aos riscos que o projeto moderno de desenvolvimento oferece. Mas, mesmo assim, a hermenêutica do desenvolvimento tem se pautado na ideia de projeto moderno, representado historicamente por princípios ocidentais universalizantes, como condição imprescindível à sobrevivência das sociedades (DUSSEL, 2007; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003).

Essa idealização sobre a modernidade como única condição de vida possível deve-se em grande escala ao discurso hegemônico de um modelo civilizatório que sintetiza os pressupostos básicos sobre o humano, a riqueza, o progresso, o conhecimento e a vida. Essa associação da noção de desenvolvimento com o ideário de modernidade, que proclama a homogeneização de valores e comportamentos, tem aludido a situações de opressão diversas, definidas principalmente a partir de fronteiras de gênero, étnicas e raciais (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003; ESCOBAR, 2005, ALMEIDA, 2013).

Em meio a esse contexto, surgem bases epistemológicas que confrontam a episteme hegemônica, e por meio de enfrentamento crítico e propositivo questionam as desigualdades promovidas pela configuração eurocêntrica. Esses debates epistemológicos destacam a importância de produzir ciências que não se pautem unicamente em conceitos importados de realidades que não condizem com a região, e propõem produzir conhecimentos evidenciando vozes e realidades silenciadas e até então refutadas pelas concepções dominantes de modernidade (LANDER, 2005). Com isso, nascem perspectivas de análise que introduzem um importante desafio teórico-metodológico ao apresentarem um rompimento com as bases epistemológicas da Ciência Moderna que não levaram em conta as reflexões engajadas, daqueles que são chamados de subalternos. A teoria pós-colonial e decolonial se constituem a partir do panorama de estudos culturais que relê as consequências da colonização, reescrevendo as grandes narrativas, e interpretando a modernidade por outro ângulo, outro lado, o lado dos colonizados, das minorias étnicas, dos discriminados, daqueles que precisam migrar obrigados por razões de sobrevivência a uma dolorosa diáspora. Segundo Stuart Hall (1997) citado por Sérgio Costa (2006, p. 117):

[...] o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não indica simplesmente um “depois” no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado. Colonial, por sua vez, vai



além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais.

Nesse ponto talvez surja a interrogação sobre como a Ciência Moderna eurocêntrica é capaz de oprimir culturalmente, socialmente e economicamente uma sociedade. Aqui cabe então, a concepção de violência epistêmica proposta por Castro-Gomez (2005), que analisa a Ciência não apenas como elaboradora de regras, mas legitimadora das políticas reguladoras do Estado.

Destarte, destaca-se a importância de começar a analisar a ciência com esse olhar de ambivalência que ora é elucidativa, enriquecedora e triunfante perante o conhecimento que produz, ora negativa (MORIN, 2010a) e formadora de opiniões e concepções discriminatórias, hierárquicas e destrutivas.

É importante salientar aqui, conforme Castro-Gomez (2005) que o surgimento das ciências sociais se deu originalmente da necessidade de ajustar a sociedade ao sistema produtivo. Assim todas as instituições estatais (a escola, o direito, os hospitais, as prisões, etc.) se constituem segundo o ideário de modernização, que submete o corpo e o tempo das pessoas a uma série de normas definidas e legitimadas pelo conhecimento científico, para ligá-los ao processo de produção urbano industrial.

O Estado define as políticas de normatividade, que a ciência ensina, para criar perfis de subjetividade através dos dispositivos de saber/poder (FOUCAULT, 2000) que constroem representações do que é ser homem moderno e ocultam identidades culturais e sociais preexistentes, e assim o “outro” é inventado.

Essa maquinaria geradora de “outredades” se deve ao surgimento dos Estados Modernos e é reproduzido dentro dos Estados-Nações pelo que Quijano (2005) denomina colonialidade do poder, numa ampliação do conceito de poder disciplinar proposto por Foucault (2000). Criam-se imaginários que reiteram identidades definindo o colonizador como civilizado, racional e correto e o colonizado como o bárbaro. Nesse sentido o projeto da modernidade é usar desses dispositivos disciplinares para moldar identidades homogêneas e transformar o “bárbaro” em “civilizado”.

No que concerne à inteligibilidade humana sobre sua realidade, Ribeiro e Prazeres (2015) expõem que a perspectiva pós-colonial e decolonial elucidam estereótipos que são produzidos ao definir algo ou alguém como civilizado e correto, o que leva à desumanização do outro que não se encaixa nesse perfil.



O pós-colonial e o decolonial localizam historicamente a subalternização da diferença, não que o restrinjam ao colonialismo, mas destacam como o sistema colonial e os imperialismos funcionaram como uma eficaz “máquina” a produzir a subalternidade, fazendo uso, dentre outros, da invenção da “raça” (RIBEIRO; PRAZERES, 2015, p. 27).

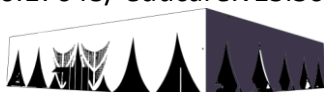
Essa epistemologia da alteridade dá a possibilidade de se pensar na ruptura teórica e epistemológica, desestabilizando a complexa interseção entre saber e poder que demarca historicamente assimetrias e estruturas da colonialidade. Os currículos acadêmicos deveriam, então, ser o local privilegiado para lutar contra essa “colonialidade do saber”, apontando discussões sobre a pluralidade e diversidade, dando voz àqueles que sempre foram silenciados sobre sua própria cultura, modo de vida e sexualidade.

Assim, esse trabalho se dá fora dos grandes temas de produção para tentar, por meio de um olhar decolonial, “desmontar” as teorias hegemônicas criadas sobre o homem do campo e sobre aquilo que se dá no plano do indizível, frente a essas teorias – a sexualidade camponesa.

O termo decolonialidade que nomeia esse texto foi emprestado de Quijano (2005) em suas reivindicações sobre a recuperação identitária dos povos subalternos relegados às relações predatórias do colonialismo do poder, do saber e do ser. A colonização aqui referida não diz respeito apenas à dominação política e econômica que acabou na independência das colônias, mas ao processo de dominação colonial e de colonialidade, cujos efeitos ainda são sentidos como uma ferida – a ferida colonial, como denomina Mignolo (2007).

A dimensão dos estudos pós-coloniais pode deliberadamente tapar uma lacuna da ciência, o que Morin (2010b) destaca como sendo a necessidade de elaboração de uma ciência da ciência do conhecimento científico, com uma dimensão reflexiva. Tendo em vista que o próprio conceito de ciência esteja se modificando, a revolução científica poderia ser a mudança da visão de mundo, a qual muda paradigmas.

É nesse sentido que refletir criticamente sobre o impacto que o colonialismo teve, incluindo o impacto no nível do conhecimento, é abrir os olhos para um poder que desconheceu, ocultou, subalternizou ou instrumentalizou todos os conhecimentos e culturas não europeias, de forma a tornar o saber uma arma de convivência para com o projeto colonial eurocêntrico (SANTOS, 2010). Para Santos (2010), a intervenção cristã, política, econômica do capitalismo imposta às culturas não ocidentais foi a grande responsável pela construção e delimitação desta epistemologia supostamente universal e dominante.



Essa primeira reflexão sobre as relações de modernidade-colonialidade remete a outra relação totalmente imbricada nessa esfera, as relações de poder. Foucault (2000), nas suas análises sobre as questões que envolvem o poder em suas microesferas destaca o emaranhado de instituições pelo qual esse perpassa:

[...] a ideia de que existe em um lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada numa análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2000, p. 248).

Deste modo, Foucault (2000) aborda ainda o quão necessário é a compreensão sobre como as estratégias de saber e poder manipulam as relações humanas nas dimensões micro e tornam possível o controle social de dimensões tão íntimas como, por exemplo, a sexualidade. A partir desse ponto traça-se uma linha entre a discussão do saber, delineado até aqui enquanto Ciência, com o poder que se constitui perante o corpo como forma de disciplinamento.

3 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA MODERNIDADE

Os quatro âmbitos fundamentais da existência moderna concentram-se no controle do sexo, do trabalho, da subjetividade e da autoridade pública/coletiva (QUIJANO, 2005). Neste sentido, as categorizações coloniais de “gênero” e de “raça”, articuladamente, garantiram o sucesso da violenta e predatória empreitada europeia de dominação. É pertinente entender como essa relação da construção do saber foi moldando a relação do humano com o corpo e a sexualidade na contemporaneidade, tendo em vista as diferentes significações desse fenômeno, de acordo com as diferentes estruturas ideológicas que sustentam determinado momento histórico.

Para entender a construção de todo e qualquer conhecimento é necessário considerar o seu contexto de produção, a episteme de uma época (SOUZA; SABATINE; MAGALHAES, 2011), isto é, o solo onde são constituídas as formações discursivas historicamente legitimadas e que compõem as diferentes configurações no espaço do saber.

Na modernidade temos o início de uma transição no discurso e na episteme sobre diversas temáticas entre elas a sexualidade, que passa do campo religioso para o campo médico/científico. Apesar das inúmeras transformações na ordem política e econômica mundial, bem como as



contribuições dadas pelos meios de comunicação para uma modificação nas atitudes morais e nas questões ligadas ao sexo e sexualidade, a temática continua sendo tratada por muitos como um tabu (BERALDO, 2003).

O estudo da sexualidade envolve o crescimento global do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo-emocional e sexual propriamente dito. A maioria dos pais acham constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, ora pela educação recebida de seus pais, ora pela repressão ou por não saberem como abordar o tema. Assim, os filhos na maioria das vezes, ficam sem respostas para suas dúvidas, gerando conflitos ou acidentes inesperados por terem informações errôneas ao consultar variadas fontes impróprias (BERALDO, 2003, p.103).

É necessário destacar que a sexualidade está presente em todo o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos, se manifestando desde o seu nascimento até sua morte. Além disso, recebe constante influência da história, cultura e Ciência, igualmente como os afetos e sentimentos de cada sujeito, o que faz da sexualidade muito mais que o ato sexual em si.

Sendo assim, o dispositivo da sexualidade no Brasil foi amplamente perpassado pela colonialidade. Fernandes (2016) em sua narrativa sobre a colonialidade que se estabeleceu sobre os povos indígenas faz uma crítica à práxis colonizadora que trouxe para a sexualidade das Américas a compreensão do permitido e do não permitido, da culpa, da opressão e do preconceito. O pretexto de civilizar “os primitivos” tornou os conhecimentos autóctones sobre a sexualidade algo marginalizado. O autor ainda evidencia o modo como a homofobia é uma marca do colonialismo, tendo em vista que alguns povos ainda não colonizados tratavam a homossexualidade com normalidade e até veneração.

Lugones (2015) também analisa as marcas deixadas pela moralidade colonial e suas sucessivas tentativas de controlar o comportamento sexual que escapasse às normas, por meio de ações coercitivas, punitivas e pedagógicas. Foi nesses processos de colonização e colonialidade ainda em curso, que se impôs um novo padrão moral baseado no modelo binário e patriarcal hegemônicos, transformando e silenciando qualquer outra possibilidade de vivência sexual.

Sendo assim é possível afirmar que a configuração do dispositivo da sexualidade na modernidade se deve, em alguma medida, a dimensões políticas, ideológicas, raciais, econômicas e científicas intrinsecamente interligadas, que por meio de dispositivos e lógicas diversas, atingiram (e ainda atingem) outras coletividades, como as rurais por exemplo, consolidando um modelo hegemônico, legitimando as relações de trabalho e o modelo de moral e de família impostos ao longo da colonização.



A sexualidade é então uma importante esfera na compreensão da dinâmica colonial, e sua manipulação atinge não apenas o sexo propriamente dito, mas a vida doméstica, as alianças políticas, os costumes desses povos, que têm de enfrentar cotidianamente um modelo de sexualidade que não faz necessariamente sentido dentro de suas culturas.

4 DESCOLONIZAR A SEXUALIDADE

É nítido que nos encontramos em uma época onde o nível de informação sobre a sexualidade é bastante significativo, se comparado a outros períodos históricos, mas ainda há pouco conhecimento real sobre a vivência plena da sexualidade sendo disseminado. Há muitas normativas, restrições e preconceitos, frutos da colonização, a serem desconstruídos. É necessário que a escola, a família, a sociedade provoque em seus adolescentes a criticidade, a vontade do conhecer, respeitar e humanizar-se frente a sua sexualidade e a do próximo.

Colocar a sexualidade como problematização é colocar em tensionamento o modelo heteronormativo descrito anteriormente, problematizando as margens de equidade produzidas nos jogos normativos que constituem as formas de inteligibilidade que definem o que é adequado para a sociedade. Como ressalta Fernandes (2006), a raça, a sexualidade e a moral sexual se articulam como mecanismos de classificação do poder colonial que se assenta na assimetria de forças ontológicas, epistemológica e política, abrindo fissuras naquelas pessoas cujas vidas não se enquadram no modelo hegemônico.

O tema da educação sexual tem se tornado expressivo nas discussões e discursos das últimas décadas, mas concentrado em experiências escolares urbanocêntricas. Isso se deve à subalternização a que os saberes do campo foram condicionados pela monocultura do saber euro-ocidental (QUIJANO, 2005). Cientes dessa lacuna, é possível colocar em questão o saber que legitima o corpo por meio do binarismo e coloca sujeitos em lugares inabitáveis ou “indizíveis” no plano do gênero e da sexualidade nas escolas do campo. Ao mesmo tempo, é necessário desnaturalizar as retóricas que subalternizam os camponeses geo-sexo-politicamente marcados, problematizando as discriminações e hierarquizações que sobre eles existem.

Assim, o lugar de invisibilidade e reducionismo que os conhecimentos sobre os povos dos campos têm nos currículos escolares brasileiros pode ser compreendido como fruto do padrão de



poder que caracteriza o mundo moderno de modo geral e o processo de colonização que marcou a formação do nosso país.

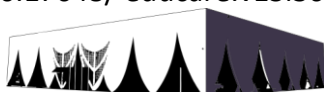
A modernidade instaura ainda outra grande violência sobre os povos do campo, quando organiza a compreensão do mundo desenvolvido em torno dos manuais de urbanidade. Escapar do espelho distorcido apresentado pela colonialidade (nas mídias, na escola, na ordem colonial capitalista, nas interpelações a se conformar aos moldes culturais hegemônicos) é um modo de resistir à destruição dos saberes e modos de vida das pessoas do campo.

Os estudos sobre sexualidade rural (FERREIRA, 2006; KELLER; BELL, 2003) relatam que se desenhou ideologicamente um sujeito camponês em instâncias heteronormativas, com capacidade de reprodução, ligado à família e ao trabalho no campo. Essa heterossexualidade naturalizada obscurece outras possibilidades de estruturação das práticas generificadas e sexuais que estão presentes no campo ou em áreas rurais, assim como em outros lugares (FERREIRA, 2006).

As ciências sociais começaram recentemente a olhar para a ruralidade a partir do reconhecimento da sexualidade como elemento importante da vida camponesa. Historicamente os estudos sobre o rural partiam do sistema de ideias da comunidade rural familiar, monogâmica, heterossexual, onde não havia espaços para corpos desejantes, que fugiam à norma e ao “respeito”. A ciência ou as produções que muitas vezes encontramos nos livros sobre esses sujeitos, sobre seus territórios, suas formas de se organizar, suas políticas e economias silenciam de forma brusca e naturalizada as estruturas de gênero e sexualidade que constituem as comunidades rurais (SCOTT; LYONS; MACPHAIL, 2015)

Essa invisibilização do outro no que diz respeito às práticas sexuais e às construções identitárias do sujeito do campo é resultado da subalternização consequente da colonialidade e essa lacuna na construção do textos brasileiros em relação a sexualidade e a ruralidade é decorrência da cegueira epistemológica causada pela ciência eurocêntrica, que pauta os interesses de pesquisa sobre o meio rural a certas tradições intelectuais específicas, normalmente voltadas para a economia e a política, tornando-as dimensões mais relevantes do que a subalterna temática da sexualidade.

O outro já foi suficientemente massacrado. Ignorado. Silenciado. Assimilado. Industrializado. Globalizado. Cibernetizado. Protegido. Envolto. Excluído. Expulso. Incluído. Integrado. E novamente assassinado. Violentado. Obscurecido. Branqueado. Anormalizado. Excessivamente normalizado (BECHE, 2005, p. 25 apud SKLIAR, 2003, p. 29).



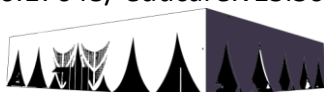
Para Ferreira (2006), essa irrelevância que os textos brasileiros sobre o rural dão à sexualidade nesse meio, funcionaliza a mesma para um corpo universal camponês. Ainda para este autor, essa invisibilização do tema se deve ao fato de que o mesmo, sendo uma temática subalterna, não se encaixa na tríade Deus-homem-natureza, valorada como elementos centrais para o entendimento do campesinato.

É importante ressaltar que a luta que se destaca contra as marcas da colonização no Brasil, no que diz respeito à educação sexual, ainda enfrenta movimentos que se mantêm em um patriarcado heteronormativo, como é o caso do falacioso discurso do movimento “escola sem partido”, que defende que seria possível educar sem orientar para questões de gênero e política. Se as lutas pela descolonização do pensamento envolvem a articulação política das vozes dissidentes, das vozes silenciadas pela hegemonia euro-ocidental, educar politicamente é pluralizar os saberes e modos de vida, sem a doutrinação ideológica a que uma educação que se diz neutra e sem orientação está fadada.

Quando a escola se propõe a trabalhar de maneira significativa questões de gênero e sexualidade, pode-se afirmar que ela se abre para o claro desafio de descolonizar o conhecimento e abrir-se para um movimento de verdadeiro reconhecimento das diferenças.

Em uma pesquisa sobre livros didáticos para a educação do campo, Oliveira (2017) demonstra como raça e gênero performam a colonialidade do saber. Descolonizar, então, esses materiais e apontar outros horizontes epistêmicos é ajudar a transformar discursos e visualidades, que mascaram o pano de fundo normativo e naturalizado da ordem colonial, hétero patriarcal e racista.

Nessa perspectiva é importante apontar que a educação do campo difere documentalmente de outros editais educacionais por se colocar mais atenta às dimensões de uma educação anti-racista, anti-sexista, não-homofóbica, para as subalternizações advindas da hierarquia urbano/rural, para as expropriações capitalistas dos recursos e dos modos de existência. Portanto, cria-se uma expectativa mais alta no que diz respeito à descolonização dos saberes e modos de vida, mas o grande problema, relata Oliveira (2017), é que não há uma efetiva transformação da episteme nos livros didáticos, pois há apenas um polimento superficial sobre as questões de racismo e sexualidade e assim imagens e discursos coloniais, de referencial branco, hétero, ocidental e patriarcal passam sem serem questionados.



Desta forma, o estudo da colonização das sexualidades rurais e de seus enquadramentos aponta para um espaço de resistência, contrapondo-se à heteronormatividade e ao patriarcalismo que surgiram na colonização e se mantêm por meio de dispositivos de poder e de saber. Trata-se também de um posicionamento não apenas em relação ao colonialismo em curso, mas às “feridas geradas dentro das coletividades consideradas subalternas, tendo em vista que, quando os discursos e representações sobre esses povos obscurece a exclusão à que o colonialismo os impôs surge o silenciamento e a invisibilidade” (LUGONES, 2015).

Foucault (2000) destaca o quanto os aparelhos reguladores podem moldar o “outro” e fazê-lo deixar de ser o que é, para seguir uma norma e tornar-se o desejável, num processo doloso e muitas vezes desumano¹, que usa o discurso de transformá-lo em cidadão desenvolvido, enquanto retira dele todos os direitos para incorporá-lo em um sistema hegemônico de produção (FERNANDES, 2017).

5 CONCLUSÃO

Colocar-se numa posição ética e refletir sobre a violência epistêmica (LUGONES, 2015) que mantém inalteradas as estruturas de um mundo moderno que ignora e subalterniza indivíduos por meio de um sistema de colonialidade de poder (QUIJANO, 2005), é colocar em questionamento a construção gendrada do conhecimento na modernidade.

O sistema de poder que domina e racializa, dociliza e moraliza sujeitos precisa ser rejeitado e enfrentado a fim de que as subjetividades não se limitem a um estado de fabricação, como destacam Souza, Sabatine e Magalhães (2011). Ao resistir às forças das relações de poder e pensar um outro mundo de possibilidades, certamente novas cartografias da diferença se revelarão.

É neste aspecto que a produção científica pós-colonial e decolonial surge como uma possibilidade de pôr em movimento vozes silenciadas e desestabilizar a normatização das teorizações e as práticas culturais provenientes da estrutura interligada e excludente de poder e conhecimento (FOUCAULT, 2000), posto que “[...] o conhecimento científico desenvolveu as maneiras mais refinadas para conhecer todos os objetivos possíveis, mas se tomou completamente cego na subjetividade humana.” (MORIN, 2010a, p. 128).



No entanto, é sabido que as ciências se construíram como legítimas provedoras de “verdades” sobre o mundo (SANTOS, 2006), sendo assim quando temas como a sexualidade no mundo rural ficam relegados a literatura e não ganham espaços na ciência, sua importância bem como as condições para a qualidade de vida no plano sexual desses sujeitos fica esquecida e suas subjetividades tornam-se invisíveis ou oprimidas. “É preciso saber que a ciência e a razão não têm a missão providencial de salvar a humanidade, porém, têm poderes absolutamente ambivalentes sobre o desenvolvimento futuro da humanidade.” (MORIN, 2010b, p. 126).

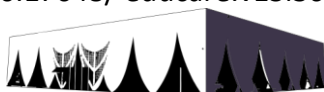
Este trabalho demonstra então, que a educação sexual do e no campo necessita mostrar outros saberes como válidos, mostrar que a cultura camponesa, bem como as mulheres, os negros, a sociedade LGBT também são dignas e valorosas. Com isso, escancarar também a rapina euro-ocidental capitalista e romper com a hegemonia euro-colonial, hétero patriarcal e branca. No debate, das fissuras abertas pelo processo colonial, as camponesas e camponeses do campo são duplamente excluídas(os) e subalternizadas(os) considerando sua dimensão cultural e sexual fora do progresso urbanocêntrico.

Em meio à textos que discutem a caracterização de uma identidade camponesa ligada a família e ao trabalho e as relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo, essas novas interpretações sobre o rural, que vem se modificando junto a globalização, se fazem importantes no contexto desse trabalho, haja vista, acreditarmos que devido a elas tornam-se necessárias discussões a respeito de novas conjugalidades e sexualidades vividas no meio rural. Neste sentido, um grande desafio é trazer o Queer² para uma discussão mais próxima da etnologia camponesa e da crítica às práticas coloniais que circundam a educação sexual no campo.

Uma educação com consistência discursiva e imagética atentas para as questões da colonialidade, do racismo, do sexismo que parece cada vez mais distante dos enormes retrocessos políticos nacionais atuais.

Notas

¹ O desumano aqui faz referência à distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano, proposta por Lugones (2010), iniciada pela colonização das Américas e do Caribe, que classificava aqueles ‘civilizados’ como plenamente humanos e os nativos como bárbaros não humanizados.



² Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. (LOURO, 2001, p. 546)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R. G. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

BERALDO, F. N. de M. Sexualidade e escola: espaço de intervenção. **Revista de Psicologia Escolar e Educacional**, v.7, n.1, p. 103-104. 2003.

CASTRO-GÓMEZ, S. “Ciencias Sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Rev. bras. Ci. Soc.** 2006, v.21, n.60, p.117-134. ISSN 1806-9053.

DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*; Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lucia M. E. Orth. Petrópolis RJ: **Vozes**, 2007.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento? In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.133-168.

FERNANDES, E. R. Notas sobre a colonização das sexualidades: em busca de uma chave interpretativa. Trabalho apresentado na Mesa Redonda 013. *Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas - novos descentramentos, outras axialidades, na 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em João Pessoa (PB) entre 3 e 6 de agosto de 2016.*

FERREIRA, P. R. da S. **Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006

FOUCAULT, M. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 272.

_____. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. São Paulo: Paz e terra, 2017.



LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estudos Feministas**, 2001, vol.9, n.2, p.541-553.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952, jan. 2015. ISSN 1806-9584.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Revista Gragoatá**, n. 22, p.11-41, 1º sem. 2007.

_____. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **La idea de América Latina**. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MORIN, E. Teses sobre a ciência e a ética. In: _____. **Ciência com Consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010a.

_____. A responsabilidade do pesquisador perante a sociedade e o homem. In: _____. **Ciência com Consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010b.

OLIVEIRA, R. M. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. Ed. n.68 da **Revista Brasileira de Educação (RBE)** da ANPEd.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

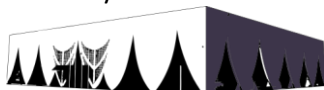
KELLER, J. C.; BELL, M. M. Rolling in the Hay: The Rural as Sexual Space Introduction: Where Rurality and Sexuality Meet. p. 506-522. 2003. Disponível em: <<http://michael-bell.net/wp-content/uploads/2015/05/keller-and-bell-2014.pdf>>. Acesso em: maio/2017.

RIBEIRO, A. M.; DOS PRAZERES, L. L. G. A produção da Subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, n. 45/46, 2015.

SCOTT, J.; LYONS, A.; MACPHAIL, C. Desire, belonging and absence in rural places. 2015. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10371656.2015.1099263?scroll=top&needAccess=true>> Acesso em: maio/2017

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.



SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Ecologia de Saberes In: _____. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum; v.4).

SOUZA, L. A. F. S.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Org.) **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Recebido em: 28-05-2018

Aceito em: 20-07-2020

